

# A crise é sempre política

Eraldo Tinoco \*

JORNAL DO BRASIL

30 NOV 1991

**C**onstrói-se uma economia quando ela é instrumento de um projeto nacional. O contrário não vem funcionando; não funcionará; é *bang-bang* sem roteiro, sem mocinhos nem bandidos.

Projeto nacional entendo como a soma do que as diferenças permitem, na regularidade democrática. Pois "toda unanimidade é burra", como atinava Nelson Rodrigues. Sagrado o direito de desafinar. Mas, até para o exercício de uma oposição consequente, é necessária uma partitura comum.

Em nome de uma lógica puramente econômica (qual é a lógica, afinal, da economia, se a ela não emprestamos significados?) continuará sendo muito difícil distribuir mais sacrifícios à sociedade; conquistar os instrumentos eficazes da governabilidade; e, mais que tudo, recuperar a crença que depositávamos num país potencialmente rico e viável, a confiança nas instituições, o otimismo banido da vida brasileira.

E se o ceticismo enraizado por uma prolongada e estúpida crise não nos anima mais a pensar grande o nosso país, por outro lado, pelo menos, deveria nos proteger das já vividas soluções de emergência, tantas vezes fracassadas, das cartadas finais e dos maniqueísmos que as diligências de ocasião facilitam.

Será que o sofrimento nos fez mais maduros?

Infelizmente, penso que ainda não o suficiente. E aqui fica o depoimento de um deputado já em terceiro mandato — descontam-se, então, as ilusões perdidas —, testemunha e inevitavelmente co-participante do imediatismo que assola o país e seu Parlamento, para amenizar a expressão do nosso saudosos Stanislaw Ponte Preta.

Navegar... até que navegamos, mas sempre de faróis baixos, enxergando os obstáculos imediatos, mas sem perceber os abismos dos quais nos aproximamos.

Podem os leitores imaginar, por exemplo, o que significa a aprovação de uma lei orçamentária anual no Congresso? Prioridade essencialmente paroquial. Emendas (este ano são 74.000), discussões e debates, quase tudo se concentra na capacidade que cada um encontra de encaminhar para suas respectivas regiões o máximo de recursos. E o que é mais grave: dando margem às mais graves acusações e suspeições, que não são convenientemente apuradas, permitindo que o todo fique contaminado pelos erros de algumas partes.

E que nós, parlamentares, estamos exercendo muito pouco as prerrogativas constitucionais que recuperamos de interferir no Orçamento da União, no que diz respeito às prioridades nacionais a longo prazo — ou, pelo menos, para os próximos cinco anos.

Desde a Carta de 88, portanto, podemos influir decisivamente na programação dos investimentos nacionais e, até hoje, não fizemos um único e verdadeiro debate no Congresso sobre a questão. Pela força do imediatismo, ficam relegados a segundo plano os documentos orçamentários mais importantes para o nosso futuro: o Plano Plurianual de Investimentos e a Lei das Diretrizes Orçamentárias.

Nas comissões Parlamentares de Inquéritos que se instalam para apurar a situação de setores específicos da sociedade, a primeira constatação a que se chega é importante: seja com o advento do parlamentarismo, seja pela opção a um presidencialismo menos imperial, seja pela introdução do voto distrital, em sua forma pura ou mista.

É de partidos fortes, doutrinários e ideológicos que a nossa democracia precisa. Só com eles será possível dar legitimidade e consistência a um projeto político nacional, um acerto de propostas e programas, e não um acordo entre determinadas pessoas.

Os pontos de um programa econômico, com efeito, passarão pela vontade ou mesmo pela necessidade reconhecida de praticá-los, nunca pelas vítimas que eles têm a capacidade de fazer. Vítimas que como sempre se encontram na base mais volumosa da pirâmide social.

\* Deputado federal, secretário-geral do PFL